

# NEOBOMBISMO

**A DECISÃO** do governo de baixar medida provisória impedindo a Justiça de conceder aumento salarial aos servidores antes do julgamento da ação, tomando como base decisões de instâncias superiores — como o reajuste de 28,8% concedido pelo Supremo Tribunal Federal a 11 servidores públicos — já é um sintoma evidente do conflito atual existente entre a superestrutura econômica e a superestrutura jurídica dentro do Estado capitalista brasileiro em crise de realização, devido ao estrangulamento produzido pela sobreacumulação de capital, que se deu na esfera estatal, nos últimos 30 anos, pelo modelo de desenvolvimento keynesiano, sustentando nos gastos públicos, que chegou à saturação em face do excessivo endividamento interno.

Este conflito, perigoso e explosivo, fruto genuíno da aceleração acumulativa do capital, como demonstrou Marx e alertou, recentemente, em artigo, no Estadão, o filósofo marxista Gianotti, amigo do presidente FHC, tende a levar o sistema capitalista, em sua caminhada neoliberal, ao autoritarismo político, na medida em que, diante das suas contradições, perde a capacidade de assegurar a margem de lucro necessária à sua própria reprodução. Daí requerer, no campo político, uma voz de comando unificado, uma base parlamentar forte e instrumentos de ação — medidas provisórias, no caso brasileiro — que acabam sufocando o debate democrático, por natureza moroso e conflitivo, na resolução dos impasses.

Como estes, no curto prazo, no quadro da australa crise financeira governamental, não têm solução e sinalizam possíveis colapsos, obrigam o governo a desovar em série medidas auto-

ritário-provisórias que chocam com decisões dos outros poderes no interior do Estado. A disposição titubeante do Legislativo em colocar um freio à ação do Executivo de produzir, de forma exagerada, tais medidas, a torto e a direito, sobre todos os assuntos, é uma tentativa de conter o avanço rumo ao autoritarismo.

Antes de o Estado, sob a ação do governo, assumir o caráter empresarial, mediante a estratégia keynesiana — gastos superiores às receitas, fabricando inflação, que fica disfarçada pela dívida pública, para dinamizar as atividades produtivas —, predominou o liberalismo econômico, pelo qual a taxa de lucro era assegurada pela extração direta da mais-valia relativa, isto é, pela exploração do capital sobre o trabalho.

Por meio dela, uma parte do valor criado pelo trabalhador era desviada do consumo para a empresa, na forma de lucro, o que deu margem à conclusão do autor de *O Capital* de que o capitalismo padece, desde o seu nascimento, de insuficiência relativa de consumo, que o leva, inexoravelmente, à sobreacumulação, que desemboca na deflação. Esta, enfim, é uma decorrência da contradição entre oferta crescente, impulsionada pela produtividade acelerada pelo desenvolvimento tecnológico, e demanda carente, prejudicada por aquela exploração do trabalho pelo capital, que diminui o poder de compra do trabalhador.

Resultado: o aumento da capacidade de produção do sistema torna-se inversamente proporcional à capacidade de consumo no interior do mesmo, porque existe uma contradição insanável entre mercadoria (produção) e dinheiro (consumo) no processo inexorável de acumulação da riqueza, como constataram Marx e seu discípulo marxista, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Em "Autoritarismo e Democratização", FHC conclui que a sobreacumulação constitui-se na causa principal das crises capitalistas.

A crise aguda do liberalismo, no final do século XIX e início do XX, no compasso do *lassair faire*, obrigou os governos a intervirem na economia, para evitar o colapso decorrente da lógica acumuladora, expressa no fato de que a concorrência em face da insuficiência relativa de consumo derrubara os preços, a taxa de lucro, os salários e o emprego, fazendo explodir a economia de mercado.

O sistema monetário então em vigor, sustentado no padrão-ouro, deu lugar ao *statemoney*, ao papel-moeda inconversível, e o governo, daí em diante, passou a gastar mais do que arrecada, para dinamizar as atividades produtivas. Eis a solução keynesiana, que, decorridos mais de 60 anos de colocada em prática, agora, no alvorecer do século XXI, entra em crise total em todo o mundo, pois a palavra de ordem, nos Estados Unidos, na Europa, no Japão, na América Latina, etc. é uma só, afastar o governo falido das atividades econômicas para dar lugar ao mercado, a fim de que este produza a taxa de lucro que o Estado, superendividado, não consegue mais gerar.

O problema, no entanto, é que, nesse momento, o capitalismo, na sua fase neoliberal (tendo que promover o processo de acumulação, não mais por meio do endividamento estatal, que mascarava a inflação, responsável por garantir a sobreacumulação, via arrocho salarial, mas pelo mesmo método que o levou à crise de 29, isto é, pela exploração dire-

ta, sem disfarce, do capital sobre o trabalho, com a apropriação da mais-valia relativa) tende, de novo, a desembocar na deflação, que, segundo Keynes, é o seu principal inimigo, que o leva, sempre, a produzir, como disse Marx, o conflito entre a superestrutura econômica e a superestrutura jurídica, impondo ao sistema sua marcha rumo ao regime autoritário.

Nesse sentido, o sistema não estaria repetindo um erro histórico, que poderia ser caracterizado de neobombismo econômico?

Por essa ótica, os impasses decorrentes da política econômica do Governo FHC são cada vez mais visíveis. O gás do neoliberal Plano Real, como atestam as medidas adotadas, na última semana, voltadas à contenção das importações, para evitar o estrangulamento das contas externas, esse ano, está acabando. A estratégia de sustentar a estabilidade da moeda à custa do endividamento do Estado, por meio da sobrevalorização cambial — que segura a inflação — e dos juros altos — que atrai capital para bancar o déficit comercial expansivo em face das importações maiores do que as exportações — mostra sinais de esgotamento.

O governo, com as medidas que adotou, demonstra, antecipadamente, não suportar um déficit do balanço de pagamentos na casa dos R\$ 45/50 bilhões, que é para onde o Real caminha, caso continuem os déficits comerciais no patamar mensal de R\$ 1 bi e pouco e a conta de juros e serviços no de cerca de R\$ 30 bi anuais. Os investidores internacionais, que estão bancando o plano, já colocaram as barbas de molho, como demonstram declarações apreensivas dos seus representantes, na imprensa. Não é à toa que estão de olho no movimento dos juros norte-americanos, em alta, para evitar a elevação da inflação, nos EUA. Afinal, investir nos títulos da dívida pública norte-americana é bem mais seguro do que apostar nos títulos da dívida pública brasileira, cujo risco de resgate é maior, devido à debilidade financeira crescente do nosso Estado.

Mais do que nunca, portanto, o Real (sustentado no endividamento interno e externo sobre o qual o governo não tem controle, porque as regras do plano foram traçadas de fora para dentro, para favorecer os interesses dos países cênicos, envolvidos por problemas relacionados ao baixo crescimento econômico, aumento do desemprego incontrolável e necessidade de exportar, para vencer o perigo da deflação) requer, para a sua sobrevivência, um discurso político unificado das forças aliadas ao governo, no Parlamento. Tal unidade, no entanto, corre perigo, se ele continuar se enfraquecendo, exigindo medidas para evitar sua derrocada, porque assusta os consumidores, os banqueiros internacionais e principalmente os políticos governistas, que têm, hoje, no sucesso do Real o trunfo necessário para conquistar votos em 98.

Nesse contexto econômico e político confuso, os conflitos que se acirram entre as duas superestruturas (a econômica e a jurídica) no âmbito do Estado, na proporção em que avança, célebre, o endividamento público, somados aos desacertos do plano de estabilização nas áreas externa e interna, sob o impacto do neobombismo econômico, sem dúvida, sinalizam tempestades à vista.